

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

CONTRATANTE		
Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte – CONSAN		
OBJETO		
O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS GRÁFICOS. , conforme condições, quantidades, qualidade, descritivos, constantes deste Termo de Referência e ANEXO I.		
DATA DA SEÇÃO PÚBLICA	HORA - horário de Brasília	MODO DE DISPUTA
21/05/2026	14:00 horas	Aberto
CRITÉRIO DE JULGAMENTO		
MENOR PREÇO POR ITEM		
PREFERÊNCIA ME/EPP EQUIPARADAS (X) SIM () NAO		
VALOR DA CONTRATAÇÃO - EM SIGILO NA FORMA DO ARTIGO 24 DA LEI 14.133/21		

O Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte – CONSAN, por meio do **Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio**, designados pela **PORTARIA Nº 011/2026 de 06/04/2026**, sediado na **Avenida J.J. Seabra Nº 69 Sala 106, centro Jacobina Bahia**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda de com as condições estabelecidas neste Edital. Torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidos propostas de preços e documentos de habilitação para a licitação na modalidade descrita no preâmbulo, de acordo com as condições estabelecidas no PCA (Plano de Contratação Anual), ETP (Estudo Técnico Preliminar) e AR (Análise de Riscos), neste edital e anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de **MATERIAIS GRÁFICOS.**, conforme condições, quantidades, qualidade, descritivos, constantes deste Termo de Referência e **ANEXO I**.

1.2. A licitação será dividida em ITENS conforme QUADRO constante do ANEXO I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos **ITENS** forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para os itens que forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema (<https://bnc.org.br/>);

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no sitio <https://bnc.org.br/>) até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.6.2 pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3 aqueles que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte - CONSAN ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5 pessoas física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6 agentes público do Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte – CONSAN;

2.6.7 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte - CONSAN, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o **disposto nos itens 7.1.1; 7.10.1 e 7.16** deste Edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e;

3.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 valor unitário, total do item, unidade, quantidade etc.;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas contratações públicas promovidas pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte-CONSAN, quando destas participarem;

4.9.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9.2 As propostas apresentadas serão analisadas através de comissão quanto:

- a) à conformidade com as especificações técnicas e condições descritas no Termo de Referência;
- b) à compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e com o valor estimado da contratação;
- c) à observância das condições estabelecidas neste edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (UM REAL)**

5.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de seis segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que

se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2 empresas brasileiras;

5.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>);

d) Fornecedores com penalidades mantido pelo Governo do Estado da Bahia -Comprasnet Bahia <https://www.comprasnet.ba.gov.br/inter/system/Fornecedor/FornecedorComPenalidade.asp>

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, deverão ser anexados ao sistema, conjuntamente com a proposta de preço, limitado ao prazo previsto para acolhimento das propostas, serão exigidos para fins de habilitação.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverão ser encaminhadas até a data/hora prevista para acolhimento das propostas de preços, **com observância do item 7.16 em se tratando de micro e pequenas empresas.**

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia que permita identificar a sua veracidade.

7.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7 A habilitação será verificada por meio da documentação anexada, conjuntamente com a proposta de preços, constante do sítio de realização do certame, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto ao sítio de realização do processo licitatório, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até o prazo final (data/hora), para acolhimento das propostas, conforme previsto no Edital.

7.10 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1 Os documentos **relativos à regularidade fiscal** que constem do Termo de Referência somente serão **avaliados**, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015), **observado o item 7.1.1 retro**

7.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 2 (dois) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **bnc.org.br**; na **Avenida J.J. Seabra Nº 69 Sala 106, centro, CEP. 44.700-000, Jacobina-Bahia**.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.2.2** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.3** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5** fraudar a licitação
- 9.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1** advertência;
- 9.2.2** multas;
- 9.2.3** impedimentos de licitar e contratar e;
- 9.2.4** declarações de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2** as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois)** ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze)** dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bnc.org.br/>.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da **condução** ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>; <https://doem.org.br/ba/consan/editais>.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta;

11.11.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

11.11.4. ANEXO IV – Declarações diversas;

11.11.5. ANEXO V – Estudo técnico preliminar;

11.11.6. ANEXO VI – Análise de riscos.

Jacobina (BA), 08 de maio de 2026.


Gabriel Gregório Matos
Pregoeiro

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa para o fornecimento de **MATERIAIS GRÁFICOS**, conforme condições, quantidades, qualidade, descritivos, constantes deste Termo de Referência e **ANEXO I**.

1.2. Informa-se que o presente Termo de Referência seguirá rigorosamente as diretrizes, condições, justificativas, requisitos técnicos e apontamentos constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na Análise de Riscos (AR), documentos que integram o processo administrativo em anexo, observando integralmente os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Policlínica realiza exames de diagnóstico de média e alta complexidade, atendendo a população dos 18 municípios consorciados, com uma população de 343.844 habitantes.

2.2. Quanto aos bens do Objeto Proposto - A Policlínica é uma unidade de saúde para atendimento de média complexidade nas diversas especialidades médicas e Serviços de Apoio a Diagnóstico. Nesse sentido, a contratação do referido objeto decorre da necessidade de assegurar a continuidade e qualidade nos serviços ofertados, sendo fundamental o suprimento e mantimento do nosso estoque através da aquisição destes itens.

2.3. Para obtenção do volume necessário para o período de contratação (um ano), nos valem de sistema informatizado que nos permite identificar entradas/saídas do almoxarifado e, utilizando a série histórica, identificar volume adquirido, autonomia do estoque existente, valores de aquisição, aplicando coeficientes econômico-financeiro de atualização, a exemplo INCP, IPCA-E, IGPM e outros que porventura sejam necessários.

2.4. O parcelamento das compras de bens e serviços, figura como elemento otimizador de recursos, adequação ao fluxo de caixa, mitigação de riscos com observância a prazo de validade, condições e comportamento do mercado, estrutura e capacidade de armazenamento adequado

2.5. Embora o artigo 105 da Lei 14.133/2021 permita a contratação de até 05 (cinco) anos, optamos por fazê-lo registro de preços, pelo prazo de vigência de 01 ano, ponderada a existência de fatores externos que observamos influenciar os preços, a exemplo de oferta, demanda, poucos fabricantes/importadores, variação cambial, outros fatores a que possam estar expostos.

2.6. O Prazo de vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é de **01 (um) ano** contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **Diário oficial CONSAN, PNCP**, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o preço seja vantajoso, na forma do artigo 22 do Decreto 11.462 de 31/03/2023, Instrução Normativa Consan 03/2024.

2.7. Neste caso o padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio das especificações usuais de mercado, tem caráter continuado por força do tipo de serviço disponibilizado, limita-se as reais necessidades, pautados na série histórica de consumo, perspectiva futura planejada.

2.8. Na forma da Lei nº 14133 de 2021, Decreto 10.024/2019, Instrução Normativa CONSAN 03/2024.

3.0 Subcontratação

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. Garantia da contratação

4.1 Não haverá exigência da garantia da contratação na forma do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de execução parcelada, de baixo risco/custo.

4.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de **2 (dois) dias úteis**, contados do Pedido de Compra, em remessas parceladas.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos (05) cinco dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1 Avenida Centenário N° 420, bairro Nazaré, Jacobina Bahia CEP: 44.702-090 no horário das **8:00 as 12:00 das 14:00 às 16:00 horas, horário de Brasília, em dias úteis.**

5.3. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Consórcio e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato conforme Decreto 002/2025 de 09/01/2025, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando a autoridade competente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8. A autoridade competente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.2. A autoridade competente acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.3. A autoridade competente emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.4. A autoridade competente tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará a autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.10. O Fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo **ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (DEZ)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (CINCO)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto as características exigidas, à dimensão, volume, qualidade e quantidade, deverão ser observadas o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Administração deverá realizar: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado de acordo com a portaria 003/2025 de 22 de janeiro de 2025.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de na área de fabricação, comercialização, distribuição com os devidos registros na INMETRO, JUNTA COMERCAL e demais órgãos normatizadores/reguladores de acordo com a legislação vigente.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.3. Prova de atendimento aos requisitos previstos na legislação vigente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, na forma do artigo 24 inciso I da Lei 14.133/21.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte.

10.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentaria: 01.10 – Saúde

Projeto Atividade: 2002 - Manutenção das atividades Policlínica e Transporte Micro-ônibus

Projeto Atividade: 2001 - Manutenção das atividades do Consórcio

Elemento da despesa: 33.90.30.00 - Material de Consumo

Elemento da despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

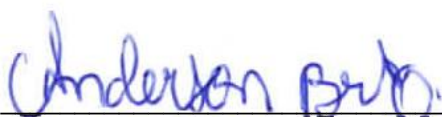
Fonte do recurso: 1899 - Transferência de consorciado - Contrato de Rateio

Fonte do recurso: 1880 - Contrato de Rateio

Fonte do recurso: 1608 - Portaria 608

10.3.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jacobina (BA), 04 de maio de 2026.



ANDERSON DE JESUS BRITO
DIRETOR GERAL



EDISONIA MOREIRA DE LIMA
ASSESSORA TÉCNICA ADMINISTRATIVA

ANEXO I

Nº	COD.	DESCRIÇÃO DETALHADA	QUANT.	UNID.	PEDIDO
1	4641	Adesivo de vinil personalizado para área externa (laterais da porta da entrada principal), medindo: lado esquerdo 3,40, direito 3,40, altura 5,80 e largura 6,86, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
2	4640	Adesivo de vinil personalizado para área externa (parte superior da porta da entrada principal), medindo 1,15 x 2,28, modelo/arte deve ser definido pela unidade	2	M ²	0
3	4644	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parede da lateral direita da recepção principal), medindo, 2,78 x 6,73, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
4	4646	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parede do painel de chamada da recepção principal) medindo, 2,72 x 2,94, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
5	4645	Adesivo de vinil personalizado para área interna (paredes dos consultórios), medindo, 3,90 x 2,54, modelo/arte definido pela unidade	20	M ²	0
6	4647	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parte superior da porta de acesso aos consultórios) medindo, 0,58 x 2,28, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
7	4649	Adesivo de vinil personalizado para área interna (recepção do corredor da ressonância) medindo, 2,70 x 3,50, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
8	4648	Adesivo de vinil personalizado para área interna, com temáticas mensais sobre prevenção e diagnóstico precoce de diversas doenças (laterais da porta de acesso aos consultórios) medindo, 2,10 x 1,10, modelo/arte definido pela unidade	12	M ²	0
9	4650	Adesivo de vinil personalizado para ilha de profissionais, medindo 4,21 x 2,0, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
10	4651	Adesivo de vinil personalizado para o auditório, medindo 4,60 x 2,67, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
11	4642	Adesivo de vinil personalizado para parede externa (faixada marrom), medindo 1,54 x 4,0 m, modelo/arte definido pela unidade	2	M ²	0
12	4643	Adesivo de vinil personalizado para parede externa (laterais da faixa azul), medindo 1,10 x 8,04 m, modelo/arte deve ser definido pela unidade	2	M ²	0
13	2912	ADESIVO EM VINIL, COLORIDO, COM APLICAÇÃO.	100	M ²	62
14	2916	ADESIVO PADRONIZADO 20X20	500	UND	64
15	2918	ADESIVO REDONDO 10 X 10CM (FOTOS ÁRVORE DECORATIVA) – 4X0 CORES	100	UND	0
16	2928	AGENDA. CAPA DURA COM VERNIZ. 100 FOLHAS INTERNAS PAUTADAS + 1 PÁGINA DE DADOS PESSOAIS E CALENDÁRIO. ACABAMENTO EM ESPIRAL. TAMANHO 21 X 15CM. PERSONALIZAÇÃO DEVERÁ CONTER A LOGO DA POLICLÍNICA, MODELO DEFINIDO PELA UNIDADE.	250	UND	200
17	2934	BANNER – FORMATO 1,30 X 2,60 M, EM LONA, 4 X 0 CORES, IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO EM CORDA E BASTÃO.	15	UND	7
18	2942	BLOCO A4. 100 FOLHAS. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO 1X1	2000	BL	0
19	2943	BLOCO A5. 100 FOLHAS. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO 1X1	500	BL	0
20	4659	Bloco de anotações personalizado, capa dura encadernado 8x11 cm	100	BL	0
21	4654	Bloco de optometria A5, para prescrição de óculos. Apresentação: Bloco com 100 folhas destacáveis. Timbre da Policlínica, Consórcio de Saúde, Governo do Estado da Bahia e SUS, conforme arte encaminhada pela unidade.	100	BL	0
22	2945	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, COM 100 FLS, COM 2 VIA EM PAPEL AUTOCOPIATIVO.	50	BL	0
23	2946	BLOCO DE RECEITUÁRIO ESPECIAL (AZUL) FORMULÁRIO, TIMBRADO, NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B, MEDICAÇÃO CONTROLADA, PAPEL SUPER BOND, COR AZUL, GRAMATURA 56GR, DIMENSÕES 230 X 87 MM, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SUS,	150	BL	0
24	4663	Bloco receituário de antimicrobiano – Formulário em papel autocopiativo, 54g, 2 vias, conforme RDC 20/2011, formato A5, timbre da policlínica, consórcio de saúde, Governo do Estado da Bahia, SUS, conforme modelo/arte encaminhada pela unidade.	100	BL	0
25	4662	Bloco receituário de controle especial (C1) – 100 folhas, com 2 vias em papel autocopiativo, primeira via branca, segunda via colorida, 54g, impressão 1x0, formato A5. Modelo e arte encaminhada pela unidade.	100	BL	0
26	2932	BOTTOMS. TAMANHO: 4,5 CM. MATERIAL: IMPRESSÃO EM QUALIDADE FOTOGRÁFICA, PAPEL FOTOGRÁFICO, BASE EM METAL, VERSO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (NÃO ENFERRUJA O VERSO COMO ACONTECE COM O DE METAL)- ALFINETE EM Planilha2! ACABAMENTO EM PLÁSTICO DE POLIÉSTER	500	UND	447
27	2933	CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA – CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, ESCRITA FINA OU MÉDIA, CORPO MATERIAL PLÁSTICO BRANCO, ACIONAMENTO COM CLICK, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 135 MM E MÁXIMO DE 145 MM, ESPESSURA MÍNIMA DE 10,5 MM, CLIPE OPACO AZUL ROYAL, DETALH	500	UND	92

28	2947	CAPA DE PROCESSO, 63 GRAMAS FORMATO 32X42 COM TIMBRE DO CONSORCIO	2000	UND	0
29	4660	Carimbo automático, auto entintado, monocromático, unid. retrátil com mola, com janela de visualização, parte descritiva a ser confeccionada em foto polímero (4913)	15	UND	0
30	2929	CARIMBO AUTOMÁTICO, AUTO ENTINTADO, MONOCROMÁTICO, UNID. RETRÁTIL COM MOLA, COM JANELA DE VISUALIZAÇÃO, PARTE DESCRITIVA A SER CONFECCIONADA EM FOTOPOLIMERO (4911).	50	UND	44
31	2931	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO, EM METAL, 06 DÍGITOS, COMPOSTO DE NUMERAÇÃO DE 0 A 9 QUE PERMITA ESTAMPAR DE UNIDADE SIMPLES A CENTENAS DE MILHAR, CONFIGURAÇÃO RÁPIDA E PRÁTICA	2	UND	0
32	2948	CARTAZ FORMATO A2 (42 X 59,4) 4X0 CORES, PAPEL COUCHÉ COM BRILHO 180G.	100	UND	0
33	2949	CARTAZ FORMATO A3 (29,7 X 42CM)) 4X0 CORES, PAPEL COUCHÉ COM BRILHO 180G.	200	UND	0
34	2935	CRACHÁ COM FOTO, COM CORDÃO PERSONALIZADO, PRESILHA JACARÉ, PRODUZIDO EM CARTA DE PVC, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	200	UND	161
35	2919	ENCADERNAÇÃO A4 EM ESPIRAL. CAPA IMPERMEÁVEL, ESPIRAL PRETO, PARA ATÉ 100 FOLHAS.	150	UND	68
36	2920	ENCADERNAÇÃO A4 EM ESPIRAL. CAPA IMPERMEÁVEL, ESPIRAL PRETO, PARA ATÉ 30 FOLHAS.	50	UND	50
37	4656	Envelope carta/convite colorido, medindo 114 x 162 mm, Fidji 80g - Pacote com 100	4	PAC	0
38	4655	Envelope timbrado 260x360 – papel 90g – impressão 1x0	30000	UND	0
39	2940	ENVELOPE, SEM TIMBRE, OFICIO, COR BRANCA, PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75 G/M ² , DIMENSÕES 240 X 340 MM VARIAR +2%. EMBALAGEM PACOTE COM 250 UNIDADES. ATENDER AS NORMAS ABNT E RESOLUÇÕES VIGENTES CONAMA/IBAMA	50000	UND	7560
40	4658	Folder 21x29,7 cm (aberto) com dobras, papel couchê fosco 150g, acabamento opaco que proporciona cores vivas e evita reflexos indesejados, ideal para uma leitura mais confortável	1000	UND	0
41	2936	LONA COM ILHÓS. MEDIDAS 3 X 2,5M. IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA FOSCA 300G ANTI REFLEXO EM ALTA RESOLUÇÃO RECOMENDAÇÕES DE USO: BACKDROP.	5	UND	2
42	2923	MINI AGENDA COM CAPA PERSONALIZADA. 50 FOLHAS INTERNAS PAUTADAS + 1 PÁGINA DE DADOS PESSOAIS E CALENDÁRIO 2020/2021. CAPA E SEGUNDA CAPA EM PAPEL COUCHÉ 300G COM VERNIZ. ACABAMENTO EM ESPIRAL. TAMANHO 10 X 15CM.	200	UND	0
43	2937	OUTDOOR EM PAPEL 90G. TAMANHO 9X3M	10	UND	10
44	4657	Panfleto A5 – 14x21 cm – colorido, 1 lado, papel couchê 115g	1000	UND	0
45	4653	Placa de homenagem em aço escovado, 15x10cm, com estojo em veludo azul luxo, moldura em alumínio	50	UND	0
46	4664	Placa de inauguração em aço inox escovado, medindo 60x40cm, com 04 espaçadores e instalação inclusa	2	UND	0
47	2938	PLACA EM PVC EXPANDIDO, 21 X 29CM, ESPESSURA 2MM, COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO COM FITA DUPLA FACE.	30	UND	10
48	2939	PLACA EM PVC EXPANDIDO, 30 X 42 CM (A3), ESPESSURA 2MM, COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO COM FITA DUPLA FACE.	30	UND	30
49	2926	RECEITUÁRIO/ATESTADO/SOLICITAÇÃO DE EXAMES. FORMULÁRIO, TIMBRADO, RECEITUÁRIO MEDICO, EM PAPEL OFFSET, GRAMATURA 24 G/M ² , COR BRANCA, DIMENSÕES 210 X 150MM, IMPRESSÃO NA COR PRETA EM OFF SET, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTA	1000	BL	493
50	2927	SOLICITAÇÃO MÉDICA – SUS. FORMULÁRIO, TIMBRADO, RECEITUÁRIO MEDICO, EM PAPEL OFFSET, GRAMATURA 24 G/M ² , COR BRANCA, DIMENSÕES 210 X 100MM, IMPRESSÃO NA COR PRETA EM OFF SET, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SUS.	500	BL	400

MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), participante da Dispensa Eletrônica Nº ____/____, Processo Nº ____/____:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;

c) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso VXII da Lei 14.133, de 2021.

d) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

e) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

f) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

g) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

h) () **SIM** () **NÃO**, que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição de microempresa e que não estamos incurso nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.

l) Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas com transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado. Estamos cientes de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

J) Estamos cientes que (o bem(ns)/serviço(s) ofertados devem contar com as características constantes do descritivo solicitado no processo ou superior e serão observados na execução/entrega. Por ventura não atendidos, ficarão à disposição do fornecedor para recolhimento, de acordo com o Termo de Referência

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
ATA Nº

O **Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte - CONSAN**, inscrito no CNPJ sob o nº 32.104.619/0001-32, entidade de direito público e natureza autárquica interfederativa, constituída sob a forma de Associação Pública com sede na avenida Centenário, 420, bairro Nazaré, Jacobina - Bahia, CEP 44.702-090, neste ato representado por seu Presidente **Gildo Mota Bispo**, conforme ata da Assembleia Geral publicada no Diário Oficial Edição 318 de 10 de março de 2026, e a empresa, **CNPJ:**, estabelecida na Rua, bairro, cidade de CEP, neste ato representada pelo seu sócio administrador, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº**, homologação publicada dia --/--/20--, **Processo Administrativo Nº --/20--**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificados nos itens do Termo de Referência, **anexo** do edital de Licitação nº/20--, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

EM	DESCRIPTIVO	JND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
VALOR TOTAL R\$					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Público Interfederativo de Saúde de Piemonte da Chapada Norte - CONSAN.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial CONSAN, PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, **quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro**.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Consórcio, órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo permitida oferta inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial Consan, PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital pelo representante e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Consórcio convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Consórcio a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Consórcio, entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o Consórcio convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão Consórcio atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O Consórcio comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo Consórcio entre os órgãos ou as entidades e não participantes do registro de preços, se houver.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao Consórcio, entidade gerenciadora, autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades integrantes do Consórcio caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Consórcio, entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Consórcio, entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Consórcio, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao Consórcio, órgão gerenciador, qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital ou Aviso de Contratação Direta

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Jacobina (BA), de de 20--.

**Consórcio Público Interfederativo de Saúde
de Piemonte da Chapada Norte-CONSAN**

Fornecedor

Representante Legal

Gildo Mota Bispo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei Federal 14.133/2021 (art. 18)

1.DADOS DO(S) SETOR(ES) REQUISITANTE(S)

Secretaria	CONSÓRCIO INT. DE SAÚDE DA CHAPADA NORTE - CONSAN
Setor Requiritante (Unidade / Setor / Depto)	DIRETORIA GERAL
Servidor Responsável	ANDERSON DE JESUS BRITO

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação decorre da necessidade contínua de abastecimento de materiais gráficos e de comunicação visual indispensáveis ao funcionamento da Policlínica Regional da Região de Saúde de Jacobina.

A unidade presta serviços especializados de saúde aos municípios consorciados, realizando diariamente atendimentos médicos, exames especializados, procedimentos assistenciais e atividades administrativas que demandam o uso permanente de materiais gráficos padronizados.

Os serviços gráficos são essenciais para:

emissão de receituários, formulários e solicitações médicas;
organização de processos administrativos e registros internos;
divulgação de informações institucionais e campanhas de saúde;
identificação de servidores, usuários e setores;
padronização da comunicação institucional da unidade.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos de saúde, ocasionando prejuízos administrativos, falhas organizacionais, atrasos em atendimentos, dificuldades no controle documental e prejuízos à comunicação institucional da Policlínica.

Diante da necessidade urgente e contínua de reposição dos materiais, torna-se imprescindível que as empresas participantes possuam atuação regionalizada, possibilitando maior celeridade nas entregas, redução do tempo logístico, atendimento imediato às demandas emergenciais e suporte mais eficiente durante a execução contratual.

A regionalização da contratação apresenta relevante interesse público, especialmente considerando a necessidade de garantir rapidez no fornecimento, evitar desabastecimentos e assegurar o pleno funcionamento da unidade de saúde.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação deverá contemplar empresa especializada no fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual, observando os seguintes requisitos:

capacidade técnica para produção de materiais gráficos personalizados;
disponibilidade operacional para entregas rápidas e parceladas;
atuação regionalizada, garantindo celeridade e eficiência logística;
fornecimento de materiais com qualidade de impressão e acabamento;
atendimento às especificações técnicas exigidas pela Administração;
cumprimento dos prazos estabelecidos;
emissão de nota fiscal e regularidade fiscal e trabalhista;
suporte técnico e substituição de materiais defeituosos.

Como práticas de sustentabilidade, deverão ser observados:
utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis sempre que possível;
descarte ambientalmente adequado de resíduos gráficos;
redução de desperdícios durante a produção;
otimização logística para redução de emissão de poluentes;
preferência por tintas menos agressivas ao meio ambiente.

LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

Será realizado o levantamento de mercado junto a empresas do ramo gráfico e comunicação visual, identificando-se as seguintes alternativas:

a) Contratação de empresa especializada regionalizada

Alternativa considerada mais vantajosa, permitindo maior rapidez na entrega, suporte contínuo e redução de atrasos logísticos.

b) Contratação de empresa localizada em outras regiões

Alternativa considerada menos vantajosa devido ao aumento do prazo de entrega, custos logísticos superiores e dificuldade operacional para atendimento emergencial.

c) Execução direta pela Administração

Alternativa inviável, considerando que a Policlínica não dispõe de estrutura técnica, equipamentos especializados, insumos gráficos e pessoal qualificado para produção dos materiais.

Após análise técnica e econômica, verificou-se que a contratação de empresa especializada regionalizada representa a solução mais eficiente e vantajosa para atendimento do interesse público.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais gráficos e itens de comunicação visual personalizados.

Os materiais incluem:

receituários;

formulários médicos;

fichas administrativas;

pastas;

envelopes;

banners;

placas de identificação;

adesivos;

crachás;

impressos institucionais;

materiais de campanhas educativas;

demais itens correlatos.

A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da unidade.

A empresa contratada deverá:

realizar produção conforme layout fornecido pela Administração;

garantir qualidade dos materiais;

substituir produtos com defeitos;

cumprir rigorosamente os prazos;

disponibilizar atendimento para ajustes e demandas urgentes.

A escolha da solução mostra-se tecnicamente adequada e economicamente viável, considerando:

necessidade contínua dos materiais;

inexistência de estrutura própria de produção;

economicidade da contratação especializada;

maior eficiência operacional;

agilidade proporcionada pela regionalização do fornecedor.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.
1	4641	Adesivo de vinil personalizado para área externa (laterais da porta da entrada principal), medindo: lado esquerdo 3,40, direito 3,40, altura 5,80 e largura 6,86, modelo/arte definido pela unidade	M ²	2,00
2	4640	Adesivo de vinil personalizado para área externa (parte superior da porta da entrada principal), medindo 1,15 x 2,28, modelo/arte deve ser definido pela unidade	M ²	2,00
3	4644	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parede da lateral direita da recepção principal), medindo, 2,78 x 6,73, modelo/arte definido pela unidade	M ²	2,00
4	4646	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parede do painel de chamada da recepção principal) medindo, 2,72 x 2,94, modelo/arte definido pela unidade	M ²	2,00

5	4645	Adesivo de vinil personalizado para área interna (paredes dos consultórios), medindo, 3,90 x 2,54, modelo/arte definido pela unidade	M²	20,00
6	4647	Adesivo de vinil personalizado para área interna (parte superior da porta de acesso aos consultórios) medindo, 0,58 x 2,28, modelo/arte definido pela unidade	M²	2,00
7	4649	Adesivo de vinil personalizado para área interna (recepção do corredor da ressonância) medindo, 2,70 x 3,50, modelo/arte definido pela unidade	M²	2,00
8	4648	Adesivo de vinil personalizado para área interna, com temáticas mensais sobre prevenção e diagnóstico precoce de diversas doenças (laterais da porta de acesso aos consultórios) medindo, 2,10 x 1,10, modelo/arte definido pela unidade	M²	12,00
9	4650	Adesivo de vinil personalizado para ilha de profissionais, medindo 4,21 x 2,0, modelo/arte definido pela unidade	M²	2,00
10	4651	Adesivo de vinil personalizado para o auditório, medindo 4,60 x 2,67, modelo/arte definido pela unidade	M²	2,00
11	4642	Adesivo de vinil personalizado para parede externa (faixada marrom), medindo 1,54 x 4,0 m, modelo/arte definido pela unidade	M²	2,00
12	4643	Adesivo de vinil personalizado para parede externa (laterais da faixa azul), medindo 1,10 x 8,04 m, modelo/arte deve ser definido pela unidade	M²	2,00
13	2912	ADESIVO EM VINIL, COLORIDO, COM APLICAÇÃO.	M²	100,00
14	2916	ADESIVO PADRONIZADO 20X20	UND	500,00
15	2918	ADESIVO REDONDO 10 X 10CM (FOTOS ÁRVORE DECORATIVA) – 4X0 CORES	UND	100,00
16	2928	AGENDA. CAPA DURA COM VERNIZ. 100 FOLHAS INTERNAS PAUTADAS + 1 PÁGINA DE DADOS PESSOAIS E CALENDÁRIO. ACABAMENTO EM ESPIRAL. TAMANHO 21 X 15CM. PERSONALIZAÇÃO DEVERÁ CONTER A LOGO DA POLICLÍNICA, MODELO DEFINIDO PELA UNIDADE.	UND	250,00
17	2934	BANNER – FORMATO 1,30 X 2,60 M, EM LONA, 4 X 0 CORES, IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO EM CORDA E BASTÃO.	UND	15,00
18	2942	BLOCO A4. 100 FOLHAS. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO 1X1	BL	2.000,00
19	2943	BLOCO A5. 100 FOLHAS. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO 1X1	BL	500,00
20	4659	Bloco de anotações personalizado, capa dura encadernado 8x11 cm	BL	100,000
21	4654	Bloco de optometria A5, para prescrição de óculos. Apresentação: Bloco com 100 folhas destacáveis. Timbre da Policlínica, Consórcio de Saúde, Governo do Estado da Bahia e SUS, conforme arte encaminhada pela unidade.	BL	100,000
22	2945	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, COM 100 FLS, COM 2 VIA EM PAPEL AUTOCOPIATIVO.	BL	50,00
23	2946	BLOCO DE RECEITUÁRIO ESPECIAL (AZUL) FORMULÁRIO, TIMBRADO, NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B, MEDICAÇÃO CONTROLADA, PAPEL SUPER BOND, COR AZUL, GRAMATURA 56GR, DIMENSÕES 230 X 87 MM, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SUS, IMPRESSÃO FRENTE, COR PRETA, APRESENTAÇÃO: BLOCO COM 50 FOLHAS DESTACÁVEIS, COM NUMERAÇÃO SEQUENCIAL E CANHOTO PICOTADO.	BL	150,00
24	4663	Bloco receituário de antimicrobiano – Formulário em papel autocopiativo, 54g, 2 vias, conforme RDC 20/2011, formato A5, timbre da policlínica, consórcio de saúde, Governo do Estado da Bahia, SUS, conforme modelo/arte encaminhada pela unidade.	BL	100,000
25	4662	Bloco receituário de controle especial (C1) – 100 folhas, com 2 vias em papel autocopiativo, primeira via branca, segunda via colorida, 54g, impressão 1x0, formato A5. Modelo e arte encaminhada pela unidade.	BL	100,000

26	2932	BOTTONS. TAMANHO: 4,5 CM. MATERIAL: IMPRESSÃO EM QUALIDADE FOTOGRÁFICA, PAPEL FOTOGRÁFICO, BASE EM METAL, VERSO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (NÃO ENFERRUJA O VERSO COMO ACONTECE COM O DE METAL)- ALFINETE EM Planilha2! ACABAMENTO EM PLÁSTICO DE POLIÉSTER. PERSONALIZAÇÃO DEVERÁ CONTER A LOGO DA POLICLÍNICA, MODELO DEFINIDO PELA UNIDADE.	UND	500,00
27	2933	CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA – CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, ESCRITA FINA OU MÉDIA, CORPO MATERIAL PLÁSTICO BRANCO, ACIONAMENTO COM CLICK, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 135 MM E MÁXIMO DE 145 MM, ESPESSURA MÍNIMA DE 10,5 MM, CLIPE OPACO AZUL ROYAL, DETALHE DE BORRACHA AZUL ROYAL NO LADO OPOSTO AO CLIPE E LOGOMARCA DA POLICLÍNICA (IMPRESSÃO EM UMA COR TAMPO GRÁFICA). CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 110 MM, ESFERA DE TUNGSTÊNIO; AUTONOMIA DE ESCRITA DE NO MÍNIMO 1.000 METROS COM GARANTIA DE 01 ANO. CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA (IMPRESSÃO EM 1 COR).	UND	500,00
28	2947	CAPA DE PROCESSO, 63 GRAMAS FORMATO 32X42 COM TIMBRE DO CONSORCIO	UND	2.000,00
29	4660	Carimbo automático, auto entintado, monocromático, unid. retrátil com mola, com janela de visualização, parte descritiva a ser confeccionada em foto polímero (4913)	UND	15,00
30	2929	CARIMBO AUTOMÁTICO, AUTO ENTINTADO, MONOCROMÁTICO, UNID. RETRÁTIL COM MOLA, COM JANELA DE VISUALIZAÇÃO, PARTE DESCRITIVA A SER CONFECCIONADA EM FOTOPOLIMERO (4911).	UND	50,00
31	2931	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO, EM METAL, 06 DÍGITOS, COMPOSTO DE NUMERAÇÃO DE 0 A 9 QUE PERMITA ESTAMPAR DE UNIDADE SIMPLES A CENTENAS DE MILHAR, CONFIGURAÇÃO RÁPIDA E PRÁTICA	UND	2,00
32	2948	CARTAZ FORMATO A2 (42 X 59,4) 4X0 CORES, PAPEL COUCHÉ COM BRILHO 180G.	UND	100,00
33	2949	CARTAZ FORMATO A3 (29,7 X 42CM)) 4X0 CORES, PAPEL COUCHÉ COM BRILHO 180G.	UND	200,00
34	2935	CRACHÁ COM FOTO, COM CORDÃO PERSONALIZADO, PRESILHA JACARÉ, PRODUZIDO EM CARTA DE PVC, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UND	200,00
35	2919	ENCADERNAÇÃO A4 EM ESPIRAL. CAPA IMPERMEÁVEL, ESPIRAL PRETO, PARA ATÉ 100 FOLHAS.	UND	150,00
36	2920	ENCADERNAÇÃO A4 EM ESPIRAL. CAPA IMPERMEÁVEL, ESPIRAL PRETO, PARA ATÉ 30 FOLHAS.	UND	50,00
37	4656	Envelope carta/convite colorido, medindo 114 x 162 mm, Fidji 80g - Pacote com 100	PAC	4,00
38	4655	Envelope timbrado 260x360 – papel 90g – impressão 1x0	UND	30.000,00
39	2940	ENVELOPE, SEM TIMBRE, OFICIO, COR BRANCA, PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², DIMENSÕES 240 X 340 MM VARIAR +2%. EMBALAGEM PACOTE COM 250 UNIDADES. ATENDER AS NORMAS ABNT E RESOLUÇÕES VIGENTES CONAMA/IBAMA	UND	50.000,00
40	4658	Folder 21x29,7 cm (aberto) com dobras, papel couchê fosco 150g, acabamento opaco que proporciona cores vivas e evita reflexos indesejados, ideal para uma leitura mais confortável	UND	1.000,00
41	2936	LONA COM ILHÓS. MEDIDAS 3 X 2,5M. IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA FOSCA 300G ANTI REFLEXO EM ALTA RESOLUÇÃO RECOMENDAÇÕES DE USO: BACKDROP.	UND	5,00
42	2923	MINI AGENDA COM CAPA PERSONALIZADA. 50 FOLHAS INTERNAS PAUTADAS + 1 PÁGINA DE DADOS PESSOAIS E CALENDÁRIO 2020/2021. CAPA E SEGUNDA CAPA EM PAPEL COUCHÉ 300G COM VERNIZ. ACABAMENTO EM ESPIRAL. TAMANHO 10 X 15CM.	UND	200,00

43	2937	OUTDOOR EM PAPEL 90G. TAMANHO 9X3M	UND	10,00
44	4657	Panfleto A5 – 14x21 cm – colorido, 1 lado, papel couchê 115g	UND	1.000,00
45	4653	Placa de homenagem em aço escovado, 15x10cm, com estojo em veludo azul luxo, moldura em alumínio	UND	50,00
46	4664	Placa de inauguração em aço inox escovado, medindo 60x40cm, com 04 espaçadores e instalação inclusa	UND	2,00
47	2938	PLACA EM PVC EXPANDIDO, 21 X 29CM, ESPESSURA 2MM, COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO COM FITA DUPLA FACE.	UND	30,00
48	2939	PLACA EM PVC EXPANDIDO, 30 X 42 CM (A3), ESPESSURA 2MM, COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO COM FITA DUPLA FACE.	UND	30,00
49	2926	RECEITUÁRIO/ATESTADO/SOLICITAÇÃO DE EXAMES. FORMULÁRIO, TIMBRADO, RECEITUÁRIO MEDICO, EM PAPEL OFFSET, GRAMATURA 24 G/M ² , COR BRANCA, DIMENSÕES 210 X 150MM, IMPRESSÃO NA COR PRETA EM OFF SET, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SUS. APRESENTAÇÃO: BLOCO COM 100 FOLHAS.	BL	1.000,00
50	2927	SOLICITAÇÃO MÉDICA – SUS. FORMULÁRIO, TIMBRADO, RECEITUÁRIO MEDICO, EM PAPEL OFFSET, GRAMATURA 24 G/M ² , COR BRANCA, DIMENSÕES 210 X 100MM, IMPRESSÃO NA COR PRETA EM OFF SET, TIMBRE DA POLICLÍNICA, CONSÓRCIO DE SAÚDE, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SUS. APRESENTAÇÃO: BLOCO COM 100 FOLHAS.	BL	500,00

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

A estimativa de preços será elaborada mediante:
 pesquisas de preços junto a fornecedores do ramo;
 consultas em contratações similares;
 painéis de preços públicos;
 banco de preços oficiais.

Os quantitativos foram definidos com base no consumo estimado da unidade, considerando a demanda administrativa e assistencial.

Os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos comprobatórios constarão em mapa comparativo de preços e anexos específicos do processo administrativo.

Os valores poderão permanecer sob sigilo até a conclusão da licitação, nos termos da legislação vigente, visando preservar a competitividade do certame.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

Será adotado parcelamento da solução.

A contratação conjunta dos materiais gráficos e itens de comunicação visual é tecnicamente mais vantajosa, considerando:

- padronização dos materiais;
- melhor gestão contratual;
- otimização logística;
- maior controle da execução;
- redução de custos administrativos;
- celeridade no atendimento das demandas.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação poderá possuir relação com:

- contratos de comunicação institucional;
- contratos de publicidade educativa;
- aquisição de materiais administrativos;
- serviços de tecnologia da informação relacionados à identidade visual institucional.

Contudo, a execução do objeto possui autonomia operacional e não depende diretamente de outras contratações para sua efetivação.

DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Policlínica Regional da Região de Saúde de Jacobina, contribuindo para a manutenção das atividades administrativas e assistenciais da unidade.

A demanda está compatível com o planejamento administrativo e operacional da instituição, visando assegurar continuidade, eficiência e organização dos serviços públicos de saúde.

Caso não haja previsão específica no Plano Anual de Contratações, a inclusão será devidamente justificada pela necessidade contínua e urgente da demanda.

RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Pretende-se alcançar os seguintes resultados:

continuidade dos serviços administrativos e assistenciais;

melhoria na organização documental;

fortalecimento da comunicação institucional;

maior eficiência operacional;

padronização visual da unidade;

redução de atrasos e desabastecimentos;

maior celeridade no atendimento das demandas emergenciais;

incentivo à economia regional mediante participação de empresas localizadas na região.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

Antes da formalização contratual, deverão ser adotadas as seguintes providências:

elaboração do Termo de Referência;

definição dos quantitativos;

realização da pesquisa de preços;

verificação de disponibilidade orçamentária;

designação de fiscal e gestor do contrato;

capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização; organização do fluxo de solicitações e recebimento dos materiais; definição dos layouts e padrões institucionais.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os principais impactos ambientais relacionados à contratação são:

geração de resíduos gráficos;

consumo de papel;

utilização de tintas e insumos químicos;

emissão de poluentes no transporte.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas:

utilização racional dos materiais;

priorização de materiais recicláveis;

descarte adequado dos resíduos;

redução de desperdícios;

logística eficiente para diminuição de deslocamentos;

incentivo ao uso de processos produtivos sustentáveis.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica, operacional e econômica, conclui-se que a contratação é viável, necessária e plenamente razoável.

A aquisição dos materiais gráficos e itens de comunicação visual é indispensável para assegurar o regular funcionamento da Policlínica Regional da Região de Saúde de Jacobina, garantindo suporte às atividades administrativas, assistenciais e institucionais.

A exigência de empresas regionalizadas mostra-se justificável diante da necessidade de maior agilidade, eficiência logística e celeridade no fornecimento dos materiais, especialmente em razão das demandas urgentes e contínuas da unidade de saúde.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação.

DA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO (Lei n. 12.527, de 8 de novembro de 2011)

Não há necessidade de classificação.

Não há necessidade de classificação das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 8 de novembro de 2011:

Entretanto, as informações do presente processo possuem caráter administrativo comum, não demandando restrição de acesso, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo aplicáveis aos documentos preparatórios e estratégicos até a conclusão do certame.

RESPONSÁVEIS

Submeto o Estudo Técnico Preliminar para avaliação e providências.

Jacobina, 14 de abril de 2026



ANDERSON DE JESUS BRITO

Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ANÁLISE DE RISCO

Lei Federal no 14.133/2021 (art. 18, inciso X, e art. 72, inciso II)

1. DADOS DO(S) SETOR(ES) REQUISITANTE(S)

Secretaria	CONSÓRCIO INT. DE SAÚDE DA CHAPADA NORTE - CONSAN
Setor Requisitante (Unidade / Setor / Depto)	DIRETORIA GERAL
Servidor responsável pela demanda	ANDERSON DE JESUS BRITO

2. FASE DE PLANEJAMENTO

RISCO. Planejamento inadequado dos quantitativos

Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta

Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto

ID	DANO
1	<p>Aquisição insuficiente ou excessiva de materiais gráficos.</p> <p>Descrição do dano: O levantamento inadequado dos quantitativos poderá ocasionar falta de materiais essenciais ao funcionamento da unidade ou aquisição acima da necessidade real, gerando desperdício de recursos públicos e comprometimento das atividades administrativas e assistenciais.</p>

Ação Preventiva	Responsável
Realizar levantamento detalhado do consumo histórico; Planejar quantitativos com base na demanda mensal da unidade; Envolver os setores administrativos e assistenciais na elaboração da demanda; Atualizar constantemente as necessidades operacionais.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Ação de Contingência	Responsável
Realizar contratação emergencial, se necessário; Adotar remanejamento interno dos materiais disponíveis; Priorizar demandas essenciais até regularização do fornecimento.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO

RISCO. Falha na definição dos prazos de entrega

Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta

Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto

ID	DANO
1	<p>Atraso no abastecimento dos setores da Policlínica.</p> <p>Descrição do dano: A ausência de definição clara e rigorosa dos prazos poderá comprometer o fluxo operacional da unidade, especialmente considerando que a Policlínica possui logística de prazo extremamente reduzido para reposição dos materiais.</p>


Ação Preventiva	Responsável
Estabelecer em edital prazo máximo de entrega de até 02 (dois) dias úteis; Exigir empresas regionalizadas com capacidade logística imediata; Definir penalidades por atraso contratual; Estabelecer cronograma de fornecimento parcelado.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Ação de Contingência	Responsável
Aplicação de sanções administrativas; Acionamento de fornecedor remanescente; Solicitação de entrega emergencial; Reorganização temporária do estoque disponível.	FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS

RISCO. Falhas na especificação técnica dos materiais

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto	
ID	DANO
1	Recebimento de materiais incompatíveis com a necessidade da unidade. Descrição do dano: Especificações inadequadas podem ocasionar fornecimento de materiais com baixa qualidade, incompatibilidade visual ou utilização inadequada nos serviços administrativos e assistenciais.
Ação Preventiva	
Elaborar especificações detalhadas; Definir padrões gráficos institucionais; Validar layouts previamente; Revisar tecnicamente o Termo de Referência.	
Responsável	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Ação de Contingência	
Solicitar substituição imediata; Rejeitar materiais em desconformidade; Aplicar sanções contratuais.	
Responsável	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
3. SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
RISCO. Descumprimento do prazo de entrega	
Probabilidade: () Baixo (X) Médio () Alto	
Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto	
ID	DANO
1	Desabastecimento dos setores administrativos e assistenciais. Descrição do dano: O atraso no fornecimento compromete diretamente os serviços da Policlínica, considerando que a unidade trabalha com demanda contínua e prazo logístico reduzido, não podendo aguardar períodos extensos para reposição dos materiais.
Ação Preventiva	
Exigir prazo máximo de entrega de até 02 (dois) dias úteis; Priorizar empresas regionalizadas; Exigir comprovação de capacidade operacional; Prever multas e penalidades contratuais; Monitorar continuamente os prazos de execução.	
Responsável	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Ação de Contingência	
Aplicação imediata de penalidades; Acionamento de fornecedor substituto; Contratação emergencial, se necessário; Utilização estratégica do estoque mínimo.	
Responsável	
FISCAL E GESTOR DE CONTRAOS	
RISCO. Fornecimento de materiais com baixa qualidade	
Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta	
Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto	
ID	DANO
1	Comprometimento da comunicação institucional e dos serviços administrativos. Descrição do dano: Materiais com falhas de impressão, baixa durabilidade ou acabamento inadequado prejudicam a imagem institucional e dificultam os processos internos da unidade.
Ação Preventiva	
Exigir amostras e padrões mínimos de qualidade; Fiscalizar o recebimento; Inserir critérios técnicos objetivos no edital; Exigir substituição de materiais defeituosos.	
Responsável	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO	

Ação de Contingência		Responsável
Recusar os materiais inadequados; Solicitar reimpressão imediata; Aplicar penalidades contratuais.		ALMOXARIFADO GESTOR DE CONTRATOS
RISCO. Inexecução contratual parcial ou total		
Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta		
Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto		
ID	DANO	
1	Interrupção do fornecimento dos materiais essenciais. Descrição do dano: A não execução contratual compromete diretamente o funcionamento administrativo e assistencial da Policlínica.	
Ação Preventiva		Responsável
Verificar capacidade técnica e financeira da empresa; Exigir regularidade fiscal e trabalhista; Avaliar experiência anterior da contratada; Acompanhar a execução contratual continuamente.		COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Ação de Contingência		Responsável
Rescisão contratual; Convocação de fornecedor remanescente; Nova contratação emergencial; Aplicação das penalidades previstas em lei.		GESTOR DE CONTRATOS
4. FASE DE CONTRATAÇÃO		
RISCO. Fracasso ou deserto do processo licitatório		
Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta		
Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto		
ID	DANO	
1	Atraso no atendimento das demandas institucionais. Descrição do dano: A ausência de propostas válidas poderá comprometer a continuidade do abastecimento da unidade, afetando diretamente os serviços prestados à população.	
Ação Preventiva		Responsável
Realizar ampla pesquisa de mercado; Elaborar edital claro e objetivo; Compatibilizar exigências técnicas com a realidade do mercado; Priorizar participação de empresas regionalizadas.		EQUIPE DE PLANEJAMENTO
Ação de Contingência		Responsável
Republicação do certame; Ajustes técnicos no Termo de Referência; Contratação emergencial, quando cabível.		EQUIPE DE PLANEJAMENTO PREGOEIRO
RISCO. Aumento excessivo dos preços contratados		
Probabilidade: () Baixa (X) Média () Alta		
Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto		
ID	DANO	
1	Comprometimento da economicidade da contratação. Descrição do dano: Oscilações de mercado podem impactar os custos dos materiais gráficos e comprometer o orçamento da Administração.	
Ação Preventiva		Responsável

Realizar ampla pesquisa de preços; Utilizar banco de preços públicos; Estabelecer quantitativos adequados; Promover competitividade no certame.	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Ação de Contingência	Responsável
Revisão do planejamento da contratação; Redução de quantitativos não essenciais; Negociação contratual dentro dos limites legais.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO
RISCO. Falhas na fiscalização contratual	
Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto	
ID	DANO
1	Recebimento inadequado de materiais e falhas na execução contratual. Descrição do dano: A ausência de fiscalização eficiente poderá permitir atrasos, fornecimento inadequado e descumprimento das obrigações contratuais.
Ação Preventiva	Responsável
Designar fiscal e gestor do contrato; Capacitar os servidores responsáveis; Registrar formalmente ocorrências; Acompanhar rigorosamente entregas e qualidade.	FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS
Ação de Contingência	Responsável
Reforço da fiscalização; Aplicação de notificações e penalidades; Revisão dos procedimentos internos de controle.	FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS
4. CONCLUSÃO	
<p>A presente Análise de Risco demonstra que a contratação é necessária e viável, desde que sejam adotadas medidas preventivas adequadas para mitigação dos riscos identificados.</p> <p>Considerando a natureza essencial dos materiais gráficos para o funcionamento da Policlínica Regional da Região de Saúde de Jacobina, bem como a necessidade de reposição rápida e contínua, torna-se indispensável a contratação de empresa com capacidade logística eficiente e entrega no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.</p> <p>A regionalização das empresas participantes representa medida estratégica para garantir celeridade, eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos de saúde prestados à população dos municípios consorciados.</p>	
5. RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE	
Jacobina, 14 de abril de 2026	
 ANDERSON DE JESUS BRITO DIRETOR GERAL	